

Raphael Maia Rangel

Ações Possessórias

Uma análise contemporânea à luz do novo CPC sobre o deferimento de medida liminar que envolva a posse coletiva de imóvel urbano para fins de moradia.

Editora Lumen Juris
Rio de Janeiro
2017

Copyright © 2017 by Raphael Maia Rangel

Categoria: Direito Civil

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

Rangel, Raphael Maia

Ações Possessórias: Uma análise contemporânea à luz do Novo CPC
sobre o deferimento de medida liminar que envolva a posse coletiva de
imóvel urbano para fins de moradia. / Raphael Maia Rangel. - 1. ed. -
Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2017.

192 p. ; 21 cm.

Bibliografia: p. 157-171.

Possui anexo.

ISBN: 978-85-519-0145-8

1. Ação Possessória - Posse. 2. Medida Liminar - Imóvel Urbano -
Moradia.. 3. Direito à Moradia - Função Social. 4. Tutela Possessória
I. Título.

CDD - 342.1251

Sumário

| | |
|---|-----|
| Agradecimentos..... | VII |
| Lista de Abreviaturas e Siglas:..... | IX |
| Introdução: | 1 |
| Título I – Interpretação Jurídica e Vedação a Torpeza | 5 |
| Capítulo 1.1. – Teoria da Argumentação Jurídica: | 5 |
| Seção 1.1.1. – O Princípio da Universalizabilidade e a Proteção da Confiança: | 10 |
| Capítulo 1.2. – Do Conflito entre Regras e da Colisão de Princípios: | 11 |
| Seção 1.2.1. – Do Postulado da Ponderação:..... | 14 |
| Capítulo 1.3. – Da Interpretação Constitucional de Casos Díficeis: | 18 |
| Seção 1.3.1. – A Argumentação Jurídica como Elemento Adequado para Persuadir o Julgador: | 20 |
| Capítulo 1.4. – Da Vedação a Torpeza: | 20 |
| Seção 1.4.1. – Disposições Gerais: | 20 |
| Seção 1.4.2. – A Boa-Fé Objetiva no Processo Civil: | 21 |
| Título II – A Origem do Direito à Moradia | 27 |
| Capítulo 2.1. – Disposições Gerais: | 27 |
| Capítulo 2.2. – A Propriedade: | 27 |
| Seção 2.2.1. – Função Social da Propriedade:..... | 31 |
| Seção 2.2.2. – Do Equivocado Entendimento de que a Função Social da Propriedade é uma Norma Constitucional Programática: ... | 36 |
| Seção 2.2.3 – Propriedade sem Função Social: | 38 |
| Capítulo 2.3. – A Posse: | 43 |
| Seção 2.3.1. – Legitimação da Posse: | 49 |

| | |
|--|-----|
| Capítulo 2.4. – A Moradia: | 50 |
| Seção 2.4.1. – Direito à Moradia – Conteúdo Mínimo versus Reserva do Possível: | 54 |
| Seção 2.4.2. – Direito à Moradia e o Estatuto da Cidade:..... | 57 |
| Seção 2.4.3. – Déficit Habitacional no Brasil: | 59 |
| Título III – Ações Possessórias e suas Liminares..... | 67 |
| Capítulo 3.1. – Disposições Gerais: | 67 |
| Capítulo 3.2. – Considerações sobre as Ações Possessórias no Brasil: | 68 |
| Capítulo 3.3. – Ações Possessórias no Código de Processo Civil de 1973:..... | 71 |
| Capítulo 3.4. – Ações Possessórias no Código de Processo Civil de 2015:..... | 74 |
| Seção 3.4.1 – A Necessidade de um Novo Diploma Processual Civil: | 74 |
| Seção 3.4.2 – Compreensão das Ações Possessórias sob a Ótica do CPC de 2015: | 75 |
| Seção 3.4.3 – A Manutenção da Fungibilidade das Ações Possessórias:..... | 78 |
| Seção 3.4.4 – Os Requisitos Formais Autorizadores da Tutela Possessória: ... | 81 |
| Seção 3.4.5 – As Inovações nas Ações Possessórias com o CPC de 2015:.... | 85 |
| Capítulo 3.5. – Das Medidas Liminares em Ações Possessórias:..... | 92 |
| Seção 3.5.1. – Noções Preliminares das Tutelas Provisórias:..... | 92 |
| Seção 3.5.2. – Do Cumprimento dos Requisitos do Artigo 561 do CPC: | 95 |
| Seção 3.5.3. – Da Equivalência entre a Medida Liminar das Ações Possessórias com a Tutela Antecipada: | 99 |
| Seção 3.5.4. – Das Liminares no Litígio Coletivo pela Posse de Imóvel: ... | 102 |
| Seção 3.5.5. – Da Oitiva do Réu nas Ações Possessórias: | 105 |
| Capítulo 3.6. – O Reforço no Dever de Fundamentar Decisões Judiciais: .. | 108 |
| Capítulo 3.7. – Novas Técnicas Decisórias que Podem Reverberar nas Ações Possessórias: | 111 |

| | |
|---|-----|
| Título IV – O Exame das Medidas Liminares nas Ações Possessórias quando Envolvem Propriedades Privadas Urbanas que não Cumprem com a sua Função Social: | 115 |
| Capítulo 4.1. – Conflito entre a Posse com Função Social e a Propriedade sem Função Social: | 115 |
| Capítulo 4.2. – Como Podemos Detectar que uma Propriedade não Cumpre com a sua Função Social? | 120 |
| Seção 4.2.1. – Um Estacionamento Cumpre com a sua Função Social? | 125 |
| Seção 4.2.2 – O Tamanho de um Imóvel possui Relevância no Ato de Determinar se ele Cumpre ou não sua Função Social? | 126 |
| Capítulo 4.3. – Da Timidez dos Avanços Processuais no Litígio Coletivo pela Posse de Imóvel Provocada pelo CPC de 2015:..... | 129 |
| Capítulo 4.4. – É Razoável o Juiz Deferir Liminares em Ações Possessórias que envolvam Propriedades Privadas Urbanas que não Tenham Cumprido sua Função Social? | 134 |
| Seção 4.4.1 – Dez Premissas para Embasar uma Resposta: | 135 |
| Seção 4.4.2 – Sim, A Função Social da Propriedade deve Reverberar nas Ações Possessórias e Impedir o Deferimento de Medidas Liminares que envolvam Propriedades Privadas Urbanas que não Cumprem com a sua Função Social: | 136 |
| Capítulo – 4.5. – Existe Jurisprudência que endosse o Entendimento de que a Função Social da Propriedade se Aplica no Campo Processual? | 138 |
| Título V – Desdobramentos Relacionados à Maior Efetividade da Função Social da Propriedade nos Litígios Coletivos pela Posse de Imóvel: | 147 |
| Capítulo 5.1. – Existem Limites ao que se Defende neste estudo?..... | 147 |
| Capítulo 5.2. – A Posse Funcionalizada é uma Contrapartida necessária ao que se Defende neste estudo?..... | 150 |

| | |
|--|-----|
| Capítulo 5.3. – A Efetivação do que se Sustenta neste Estudo pode Estimular Ocupações em Imóveis Alheios? | 152 |
| Conclusão: | 155 |
| Referências Bibliográficas | 157 |
| Anexo I | 173 |